



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Edital ESAF n. 88, de 27/12/2012

Prova 2

Conhecimentos Específicos

Área de Conhecimento

CONTÁBIL

Cargo:

Analista de Finanças e Controle

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:
“As ideias e estratégias são importantes, mas o verdadeiro desafio é a sua execução.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.34, do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso público.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Com base nos dados a seguir, responder às questões 1 e 2.

Dados:

Disponibilidades	R\$ 10.000,00
Contas a Receber	R\$ 35.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 10.000,00
Imobilizado	R\$ 21.000,00
Investimento	R\$ 4.500,00
Financiamentos Contraídos (circulante)	R\$ 80.000,00
Empréstimos Concedidos (não circulante)	R\$ 35.000,00
Capital Social	R\$ 15.500,00

1 - Pode-se afirmar que o

- a) ativo circulante é de R\$55.000,00.
- b) ativo não circulante é de R\$25.500,00.
- c) total do passivo mais o Patrimônio Líquido é de R\$85.500,00.
- d) passivo circulante é de R\$90.000,00.
- e) passivo não circulante é de R\$35.000,00.

2 - O índice de

- a) liquidez corrente é de 0,68.
- b) liquidez geral é de 1,00.
- c) solvência é de 1,06.
- d) imobilizações é de 1,35.
- e) endividamento geral é de 0,76.

3 - A empresa Domínio S.A. tem três oportunidades de investimento. Sua estrutura de capital atual e os projetos oferecem as condições a seguir:

Estrutura de Capital

Estrutura	Volume	Custo
Dívida de Longo Prazo	R\$40.000,00	8,5%
Ações Preferenciais – com dividendo fixo	R\$25.000,00	3,0%
Ações Ordinárias – dividendo mínimo esperado de 5%	R\$35.000,00	5,0%
TOTAL	R\$100.000,00	

Projetos

	Taxa retorno gerada
Projeto A	6,50%
Projeto B	5,75%
Projeto C	6,00%

Considerando que a governança da empresa estabelece que investimentos somente devem ser efetuados quando a taxa de retorno do investimento superar o WACC (Custo Médio ponderado de Capital), pode-se afirmar que o investimento:

- a) A, B e C são inviáveis.
- b) A e B são viáveis.
- c) B e C são inviáveis.
- d) A e C são viáveis.
- e) somente o A é viável.

Área para rascunho

4 - Considerando os conceitos de valor do dinheiro no tempo, pode-se afirmar que:

- I. O valor futuro de uma anuidade vencida é sempre maior que o valor futuro de uma anuidade comum.
- II. Uma perpetuidade é uma anuidade com vida finita, que fornece fluxo de caixa durante toda a vida do empreendimento.
- III. A taxa interna de retorno de um projeto, quando inferior à taxa requerida pelo investidor, sempre indica que o investimento é atrativo.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Somente a II é verdadeira.
- c) II e III são falsas.
- d) Somente a I é falsa.
- e) Todas são falsas.

5 - O excedente de preço de venda obtido sobre o valor contábil de um *leaseback* enquadrado como arrendamento mercantil financeiro é uma

- a) despesa diferida que deve ser amortizada durante o prazo do arrendamento mercantil.
- b) receita financeira que deve ser reconhecida no resultado do exercício em que a operação for realizada.
- c) complementação do valor do ativo que deve ser incorporado ao valor do imobilizado e ter seu valor recuperável avaliado.
- d) despesa financeira que deve ser reconhecida no resultado do exercício em que a operação for realizada.
- e) receita diferida que deve ser amortizada durante o prazo do arrendamento mercantil.

6 - Levando-se em consideração o quadro a seguir, a alavancagem operacional, financeira e combinada são, respectivamente:

DRE		nível base	1,5	1,2
Vendas em unidades		20.000	30.000	24.000
Receitas de Vendas	R\$ 5,00 unit.	R\$100.000	R\$150.000	R\$ 120.000
Menos: Custo operac. variável	R\$ 2,00 unit.	R\$ 40.000	R\$ 60.000	R\$ 48.000
Menos: Custo operacional fixo		R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Lucro antes do I. de Renda (lajir)		R\$ 50.000	R\$ 80.000	R\$ 62.000
Juros		R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000
Lucro líquido antes do I. Renda		R\$ 30.000	R\$ 60.000	R\$ 42.000
IR	40%	R\$ 12.000	R\$ 24.000	R\$ 16.800
Lucro líquido depois do IR		R\$ 18.000	R\$ 36.000	R\$ 25.200
Dividendos ações preferenciais		R\$ 12.000	R\$ 12.000	R\$ 12.000
Lucro disponível ações ordinárias		R\$ 6.000	R\$ 24.000	R\$ 13.200
Lucro p/ ação (5.000 ações ordin.)	5.000	R\$ 1,20	R\$ 4,80	R\$ 2,64

- a) 4,00; 1,50; 5,50
- b) 5,00; 1,30; 5,00
- c) 6,00; 3,00; 4,50
- d) 1,20; 5,00; 6,00
- e) 4,50; 3,00; 6,00

7 - A Empresa necessita decidir qual é o melhor projeto de investimento de acordo com o quadro abaixo. A empresa utiliza para tomada de decisão de investimentos os critérios; "VPL" e "Payback", nesta ordem de importância. Embora a empresa não utilize a "TIR" para tomada de decisão, esta foi calculada, chegando a 4,5%, tanto para o projeto A quanto para o projeto B.

Nos cálculos do VPL, a empresa utiliza como expectativa de taxa mínima para manutenção do valor da empresa 4,5%.

	Período	R\$ PROJ. A	R\$ PROJ. B
SAÍDAS	0	-R\$ 200.000	-R\$ 220.000
ENTRADAS	1	R\$ 24.740	R\$ 20.000
ENTRADAS	2	R\$ 29.500	R\$ 20.500
ENTRADAS	3	R\$ 20.200	R\$ 20.000
ENTRADAS	4	R\$ 39.600	R\$ 25.000
ENTRADAS	5	R\$ 30.000	R\$ 19.216
ENTRADAS	6	R\$ 25.000	R\$ 25.000
ENTRADAS	7	R\$ 10.000	R\$ 30.000
ENTRADAS	8	R\$ 30.500	R\$ 30.000
ENTRADAS	9	R\$ 20.000	R\$ 50.000
ENTRADAS	10	R\$ 20.000	R\$ 50.000
TOTAL DE ENTRADAS		R\$ 249.540	R\$ 289.716

Tomando-se como base, somente, os dados acima, a decisão da empresa irá optar pelo:

- Projeto B .
- Projeto A.
- A e B têm as mesmas performances, o que levará a empresa a observar outros aspectos, tais como: concorrência, produto, posição mercadológica, na tomada de decisão.
- Projeto que gerar o maior VPL.
- Com as informações acima, não existem elementos suficientes para a tomada de decisão.

8 - Considerando somente as informações apresentadas na tabela a seguir, pode-se afirmar que o Ciclo operacional e o Ciclo de caixa são, respectivamente, em dias:

Contas	X1	
Contas a receber	R\$ 100	
Vendas líquidas	R\$ 500	
PMRV	72	dias
Contas a Pagar fornecedores	R\$ 150	
Compras	R\$ 600	
PMPC	90	dias
Estoque	R\$ 100	
CMV	R\$ 400	
PMRE	90	dias

- 162 e 72
- 90 e 162
- 180 e 162
- 252 e 162
- 90 e 90

9 - O "Lucro Residual", ou seja, o lucro suficiente para compensar o risco menos o lucro operacional, representa:

- a Alavancagem Financeira.
- o "EVA" – Valor Econômico Agregado.
- a Análise de Insolvência.
- a Alavancagem Operacional.
- a Precificação de Ativos.

10- O sistema de análise "DuPont" considera para o cálculo do "ROA – Retorno sobre Ativos", o(a)

- Margem líquida vezes Giro Total do Ativo.
- Ativo total dividido pelo Patrimônio Líquido.
- Lucro líquido depois do Imposto de Renda dividido pelo Capital Próprio mais o Capital de Terceiros.
- Lucro líquido após o Imposto de Renda dividido pelas Vendas do período.
- Patrimônio líquido dividido pelo Lucro Líquido após o Imposto de Renda.

CONTABILIDADE DE CUSTOS E GERENCIAL

11- O Princípio de Contabilidade, segundo as normas do Conselho Federal de Contabilidade, que pressupõe a simultaneidade no reconhecimento das despesas e receitas relativas a uma determinada venda de produto ou serviço, é o Princípio da

- Continuidade.
- Oportunidade.
- Atualização monetária.
- Competência.
- Prudência.

12- A taxa de aplicação CIF (Custos Indiretos de Fabricação) tem como objetivo primordial:

- O planejamento tributário.
- Reduzir os custos indiretos de fabricação durante o exercício.
- Normalizar as receitas de vendas do exercício.
- Produzir maior aderência à utilização do Princípio Contábil da Evidenciação.
- Evitar a sazonalidade de alguns custos de produção.

13- Uma empresa que utiliza o custeio por processo tem os seguintes dados para o período:

- Custo da produção do período: R\$ 8.000,00;
- Unidades iniciadas no período: 180 unidades;
- Unidades em elaboração no final do período: 60 unidades, sendo o equivalente a 2/3 acabadas;
- Unidades semiacabadas do período anterior: 40. As unidades semiacabadas do período anterior já haviam absorvido, no período anterior, 50% de todos os custos de produção. O custo unitário da produção semiacabada do período anterior é de R\$ 20,00. As unidades semiacabadas do período anterior foram totalmente acabadas no período.

Tomando-se como base os dados apresentados e os conceitos de equivalente de produção, o custo unitário do período e o custo total da produção acabada são respectivamente:

- R\$ 45,00; R\$ 8.000,00.
- R\$ 40,00; R\$ 6.800,00.
- R\$ 28,57; R\$ 1.600,00.
- R\$ 30,00; R\$ 6.800,00.
- R\$ 40,00; R\$ 8.000,00.

14- O Custeio Baseado em Atividades (ABC) diferencia-se, significativamente, do custeio por absorção pela (o):

- metodologia aplicada na alocação dos custos de transformação.
- metodologia aplicada no reconhecimento dos custos dos materiais diretos aos produtos.
- critério de alocação dos custos indiretos de fabricação.
- tratamento dado aos estoques de produtos semiacabados.
- forma de reconhecimento das receitas aos produtos e ao resultado do exercício.

15- A grande finalidade do Custo Padrão é planejamento e controle dos custos. A comparação entre Custo Padrão e Custo Real gera variações que nos permitem analisar a performance da empresa.

CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO	PADRÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REAL
Custo Indireto Variável	R\$ 20,00	unidade	
Produtividade horas/máquina	1	hrs/maq	1
Custo Indireto Fixo	R\$ 30.000,00	mês	
Volume em unidades/mês	1.000	unidades	800
Volume de horas máquina total	1.000	hrs	800
Total dos CIP	R\$ 50.000,00	mês	R\$ 50.000,00
CIP por unidade			

Tomando-se como base o quadro de informações anterior, as variações de volume e custo são respectivamente:

- R\$ 6,50 desfavorável, R\$ 6,00 desfavorável.
- R\$ 5,00 desfavorável, R\$ 7,50 desfavorável.
- R\$ 7,00 favorável, R\$ 5,50 favorável.
- R\$ 7,50 desfavorável, R\$ 5,00 desfavorável.
- R\$ 7,50 favorável, R\$ 5,00 favorável.

- 16- A contabilidade deve apurar o custo dos projetos de forma a evidenciar os resultados da gestão. A falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo acarreta:
- bloqueio de saques de recursos financeiros para os mesmos projetos e atividades, responsabilizando-se a autoridade administrativa faltosa pelos prejuízos decorrentes.
 - a liberação parcial dos recursos até a fase que tiver sido concluída na última medição física, podendo ser autorizado complementos de valores, mediante autorização da Gestão da unidade administrativa, avaliadas as necessidades estratégicas do projeto.
 - abertura de processo administrativo, junto ao ministério em que o projeto estiver vinculado e no ministério público, sendo refeito o cronograma financeiro liberando o saque dos recursos mediante autorização da Secretaria do Tesouro Nacional.
 - suspensão das liberações de recursos financeiros, transferindo à Secretaria do Tesouro Nacional a responsabilidade pelo acompanhamento do cronograma e da liberação dos recursos, desde que não supere 30% do orçamento inicialmente previsto.
 - paralisação do projeto, com abertura de processo administrativo contra a Secretaria do Tesouro Nacional e contra a unidade administrativa responsável pelo projeto.
- 17- Em relação às assertivas a seguir, pode-se afirmar que:
- A taxa interna de retorno de um investimento representa o maior retorno permitido pelo fluxo de caixa gerado por este investimento, comparado ao seu valor inicial atualizado pelo custo de oportunidade.
 - A eficácia na gestão de custos públicos está relacionada à execução do orçamento do projeto sem aumento dos valores estimados e a eficiência tem como objetivo a conclusão do projeto, ainda que complementações sejam necessárias.
 - O método de avaliação de investimentos denominado "*payback descontado*" mensura em quanto tempo o fluxo de caixa descontado gerado pelo investimento retornará para o investidor.
- Todas são verdadeiras.
 - Somente a I é verdadeira.
 - Todas são falsas.
 - Somente a II é falsa.
 - I e II são falsas.
- 18- A principal vantagem na adoção da visão de processo, na implantação de um sistema de custos no setor público, é:
- permitir observar com nitidez se a necessidade dos administradores está focada nas atividades ou nos resultados produzidos em termos de bens e serviços.
 - estabelecer indicadores de desempenho que permitam a implantação e o acompanhamento dos custos pelo BSC.
 - introduzir o conceito de custo base zero, com o objetivo de cumprir o orçamento aprovado pelo órgão público naquele ano.
 - determinar as bases para garantir a identificação dos custos marginais, da margem de contribuição e da comparabilidade entre o custo orçado e o custo real.
 - mapear os processos de forma a estabelecer os custos diretos atribuíveis à fase analisada e garantir o cumprimento do orçamento em relação aos custos variáveis reais.
- 19- Não é um objetivo da implantação da apuração de custos públicos:
- Apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas.
 - Suportar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço.
 - Estabelecer os valores máximos pelos quais as licitações e concorrências públicas devem ser contratadas.
 - Contribuir fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade na elaboração do planejamento e orçamento.
 - Sustentar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.
- 20- O Ministério da Educação, ao estabelecer indicadores qualitativos para avaliação da gestão, deve determinar medir o:
- total de alunos matriculados, o percentual do material entregue aos alunos e o valor de recursos destinado por aluno.
 - volume de livros distribuídos na rede, índice de satisfação com os programas de financiamento e o preço médio dos fornecedores de uniformes.
 - percentual de frequência da população de faixa etária de 10 a 14 anos, a quantidade de alunos matriculados e a taxa de frequência bruta no ensino básico.
 - custo dos serviços terceirizados, o número de servidores e o percentual de redução do analfabetismo.
 - percentual de redução do analfabetismo, o tempo médio na tramitação dos processos de bolsas e média de horas de afastamento por doença.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

21- A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

- afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.
- altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.
- permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.
- atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.
- distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

22- A empresa Bastilha S.A. tem em seu imobilizado uma unidade geradora de caixa contabilizada com os seguintes valores:

CONTAS	VALORES EM 2011
Imobilizado – custo histórico	R\$ 100.000,00
Depreciação (10% ao ano)	R\$ 10.000,00
Perda de Valor Recuperável	R\$ 15.000,00

O contador, ao avaliar a unidade geradora de caixa ao final de 2012, apurou os seguintes valores:

CONTAS	VALORES EM 2012
Valor Justo da unidade	R\$ 50.000,00
Valor em Uso da unidade	R\$ 64.500,00

Com base nos dados, deve o contador, em dezembro de 2012:

- estornar a perda de valor recuperável em R\$ 25.000,00.
- manter o valor contábil de R\$ 75.000,00.
- reverter parte da perda de valor recuperável em R\$ 10.500,00.
- constituir a perda de valor recuperável em R\$ 15.000,00.
- complementar a perda de valor recuperável em R\$ 500,00.

23- Não é um gasto atribuível ao custo do intangível gerado internamente:

- materiais e serviços consumidos pelo ativo intangível.
- gastos com treinamento de pessoal para operar o ativo intangível.
- custos de benefícios a empregados, relacionado ao ativo intangível.
- amortização de licenças utilizadas na geração do ativo intangível.
- taxas de registro de direito legal.

24- A empresa Renova S.A. fez a avaliação de seus ativos (*deemed cost*) na implementação inicial das novas normas contábeis. O tratamento a ser adotado em sua depreciação acumulada é:

- proporcionalizar ao percentual de depreciação existente antes da avaliação.
- recalcular pela nova vida útil estimada, menos o período decorrido, complementando a depreciação faltante ou revertendo-a.
- atualizá-la proporcionalmente à variação no valor contábil bruto do ativo, para que esse valor, após a reavaliação, seja igual ao valor reavaliado do ativo.
- reverter à depreciação calculada, contra a despesa de depreciação, recalculando o novo valor pelas taxas de depreciação reestabelecidas.
- ajustar contra lucros acumulados à nova depreciação acumulada, estornando a depreciação acumulada anterior.

25- A empresa Produtividade S.A. teve, no último período, um anormal alto volume de produção. Dessa forma, a entidade deve alocar o custo fixo:

- em sua totalidade de formar a atribuir o custo efetivo do produto produzido aos estoques.
- diminuindo-o, de maneira que os estoques não sejam mensurados acima do custo.
- pelo método UEPS, de forma a reconhecer o custo mais próximo do valor de reposição.
- até o limite da normalidade nos estoques e o restante reconhecer nos lucros acumulados.
- reconhecendo-o em sua totalidade diretamente no resultado do período, afetando todos os produtos vendidos no período.

26- Os dividendos intermediários estabelecidos nos estatutos das companhias devem ser reconhecidos como uma conta:

- redutora da conta patrimonial que será usada para distribuição do dividendo.
- de dividendo a distribuir, individualizada no Patrimônio Líquido.
- de dividendos a pagar no Passivo Circulante.
- de Lucros Acumulados destinados.
- de Reserva de Lucros – dividendos.

27- A Companhia FlyAir, detentora de 10 aviões, tem previsto em seus contratos, por determinação de legislação federal, vistoriar suas aeronaves em intervalos de dois em dois anos. Os gastos por aeronave, nesse intervalo de tempo, são estimados em R\$ 3.000.000,00. Dessa forma deve a empresa:

- reconhecer uma provisão no valor de R\$ 30.000.000,00, uma vez que a companhia já tem estimativa do custo das revisões.
- contabilizar a obrigação de longo prazo, gerando um Contas a Pagar de R\$ 30.000.000,00.
- ativar o valor de R\$ 30.000.000,00 como custo das aeronaves para que já seja feito o reconhecimento do valor do custo de manutenção das aeronaves durante o seu desgaste.
- desconsiderar os valores não reconhecendo qualquer provisão, uma vez que não há obrigação presente.
- evidenciar em nota explicativa a obrigatoriedade de constituição da provisão e os valores que afetarão no futuro os resultados da companhia.

28- A empresa Exportação S.A. tem seu fluxo de caixa garantido por contratos de *hedge*. A proteção alcançada pelo instrumento é de 90% de efetividade. A empresa tem como procedimento adotar a contabilidade de *hedge*. Fundamentado nas normas, deve a empresa:

- reconhecer o ganho ou a perda efetiva do *hedge* como resultado abrangente e a não efetividade no resultado.
- contabilizar o ganho de efetividade do *hedge* como resultado abrangente e a perda efetiva do *hedge* como despesas no resultado.
- registrar a perda efetiva como resultado abrangente e o ganho como outras receitas operacionais.
- lançar os ganhos e perdas no resultado do exercício, visto que a efetividade não alcançou os 100% exigidos para adoção do procedimento de contabilidade de *hedge*.
- escriturar o ganho ou perda total do *hedge* como resultado abrangente, garantindo o confronto da despesa com a receita.

29- Os gastos com corretagem decorrentes da compra de ações da própria empresa, para manutenção em tesouraria, devem ser registrados como:

- outras despesas operacionais, no resultado.
- acréscimo do custo de aquisição das ações no Patrimônio Líquido.
- despesa diferida no ativo, sendo apropriada no resultado quando da venda das ações.
- diminuição do valor do investimento no ativo não circulante.
- redução do lucro ou prejuízo diretamente no Patrimônio Líquido.

30- A empresa Inovação S.A. produtora de cabos de energia efetuou as seguintes operações em 2012:

- Lançamento da depreciação do ano.
- Pagamento de dividendos.
- Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.

Pode-se afirmar que estes eventos afetam a Demonstração dos Fluxos de Caixa, respectivamente, como:

- ajuste das atividades operacionais; saída das atividades de financiamento; entrada das fontes de investimento.
- entrada das fontes de investimento; saída das fontes de financiamento; entradas das fontes de financiamento.
- entrada das fontes de financiamento; entrada das fontes de investimento; saída das fontes de financiamento.
- entrada das atividades operacionais; saída das atividades de financiamento; saídas das fontes de investimento.
- saída das atividades operacionais; saídas das atividades operacionais; entrada das atividades operacionais.

31- Os gastos com serviços de terceiros e materiais utilizados para construção de ativos para a própria empresa devem ser apropriados na Demonstração do Valor Adicionado como:

- outras receitas.
- perda de valores internos.
- riqueza transferida.
- insumos adquiridos de terceiros.
- remuneração do capital de terceiros.

32- Em 01/02/x1 a Cia. Estrela efetua uma operação de Desconto de Duplicatas no total de R\$ 700.000,00 envolvendo os dados abaixo:

Valor dos títulos	Vencimento	Valor dos Juros Cobrados
R\$ 300.000,00	30 dias	R\$ 15.000,00
R\$ 200.000,00	60 dias	R\$ 20.000,00
R\$ 200.000,00	90 dias	R\$ 30.000,00

- débito em conta de resultado de R\$ 65.000,00 para atender ao princípio de competência de exercício.
- crédito de R\$ 700.000,00 em conta de passivo em razão da essência econômica sob a forma jurídica.
- débito em conta de ativo relativo a juros a vencer no valor de R\$ 50.000,00 para atender à característica da representação fidedigna e da materialidade.
- débito em conta de passivo de R\$ 50.000,00 em obediência à materialidade da informação qualitativa.
- crédito em conta de ativo de R\$ 700.000,00 atendendo ao aspecto qualitativo e tempestivo da informação contábil.

33- A Cia. de Transportes Pontual atua no ramo de entregas de encomendas utilizando 30 motocicletas. Após inúmeros problemas verificados em razão da falta de pontualidade de entrega, as condições de locomoção, risco do negócio e os resultados negativos obtidos, resolve encerrar esse tipo de atividade, passando a atuar no ramo de transportes de produtos *in natura*, utilizando caminhões pesados. Em 20/03/2011, ao desfazer-se das motocicletas, via leilão, identifica os seguintes valores:

(Valores em R\$)	
Valor da Venda	300.000
Despesas necessárias para venda dos itens	(12.000)
Tributos incidentes sobre a negociação	(18.000)
Valor Líquido Contábil	270.000

Com base nas informações, pode-se afirmar que:

- o resultado apurado nessa operação deve ser divulgado em um único valor na Demonstração do Resultado do Exercício, separadamente do resultado das operações em continuidade e a análise do valor apurado divulgado em notas explicativas.
- a contabilidade da empresa deve transferir os valores constantes do imobilizado para a conta de baixa de imobilizados, registrar as despesas e os tributos nas despesas operacionais e reconhecer como ganhos em operações descontinuadas o valor total recebido na venda.
- o recebimento do valor da venda deve ser registrado a crédito de receitas extraordinárias e o valor de R\$ 270.000,00 deve ser baixado a débito dessa mesma conta para evidenciar o resultado líquido de R\$ 30.000,00 na Demonstração de Resultado como Lucros de Operações Descontinuadas.
- os registros devem ser efetuados a crédito de Receitas com Imobilizados, as despesas como Despesa Operacional, os tributos e a baixa dos itens vendidos debitados como Custo do Imobilizado a crédito de Caixa e Imobilizado respectivamente.
- Nessa operação a empresa apurou um ganho líquido de R\$ 8.000,00 que deve ser apresentado na Demonstração do Exercício como Ganhos/Perdas de Capital com Imobilizados no grupo de outros resultados operacionais.

Com base nos dados abaixo, responder às questões de números 34 e 35.

O departamento de análise de crédito da empresa Comércio Geral S.A. apresenta ao comitê de políticas contábeis, da empresa, o relatório a seguir, relativo ao comportamento dos recebíveis nos últimos quatro anos.

(Valores em R\$)

Descrição dos itens	2009	2010	2011	2012
Saldo Final de Clientes	100.000	200.000	350.000	500.000
Provisão para Estimativa de Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	7.000	8.000	15.750	20.000
Valores considerados como Perdas por Incobráveis	0	3.000	0	12.750
Recuperação de Perdas ocorridas em períodos anteriores	0	0	14.000	0
Reversão da Provisão de Estimativa de Crédito de Liquidação Duvidosa	0	0	8.000	3.000

34- Na apuração do resultado de 2011, a empresa registrou:

- um crédito na conta de Perdas com clientes de R\$ 6.000.
- um débito na conta Perdas com Incobráveis de R\$ 8.000.
- um crédito na conta de PECLD R\$ 22.000.
- um débito em conta de provisão no valor de R\$ 15.750.
- um crédito na conta Recuperação de Perdas R\$ 14.000.

35- O efeito no Fluxo de Caixa relativo ao recebimento dos saldos fornecidos de Clientes foi de:

- R\$ 93.000 relativos ao saldo de 2009 e R\$ 189.000 referentes ao saldo de 2010.
- R\$ 92.000 relativos ao saldo de 2010 e R\$ 372.000 referentes ao saldo de 2011.
- R\$ 90.000 relativos ao saldo de 2009 e R\$ 200.000 relativos ao saldo de 2010.
- R\$ 194.000 relativos ao saldo de 2010 e R\$ 328.000 referentes ao saldo de 2011.
- R\$ 347.000 referentes ao saldo de 2011 e R\$ 480.000 relativos ao saldo de 2012.

36- A Cia. Endividada contrata, em 31 de junho de 2011, um empréstimo no valor de um milhão de dólares. O prazo pactuado foi de cinco anos, com juros mensais de 0,5% ao mês, vencíveis sempre no primeiro dia útil do mês seguinte. O vencimento do principal se dará em duas parcelas iguais e anuais, após a carência de três anos. A cotação do dólar no segundo semestre de 2011 é a fornecida a seguir:

Cotação do dólar em R\$ - até 31/12/2011						
30/6/11	31/7/11	31/8/11	30/9/11	31/10/11	30/11/11	31/12/11
1,50	1,50	1,55	1,60	1,70	1,90	2,00

Com base nessas informações, pode-se afirmar que:

- ao final do exercício, a empresa deve reconhecer uma despesa de variação cambial no valor de R\$ 400.000.
- ao final do exercício, o passivo não circulante da empresa evidenciava as contas de empréstimos bancários e juros sobre empréstimos nos valores de R\$ 2.000.000 e R\$ 10.000 respectivamente.
- no fluxo de caixa, os juros do período correspondem a uma saída de recursos das atividades operacionais no valor de R\$ 51.250.
- os resultados da companhia registram despesas financeiras em um total de R\$ 541.250 correspondentes a despesas de variações cambiais e juros.
- no período a empresa pagou o valor de R\$ 41.250 a títulos de Juros sobre empréstimos bancários.

Enunciado para resolução das questões 37 e 38.

Dos registros do Departamento de Pessoal da Cia. Bom Patrão, foram selecionados os seguintes dados:

ITENS	VALORES (R\$)
Auxílio Maternidade	2.000,00
FGTS	16.000,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRFPP)	6.000,00
INSS (empregado)	9.500,00
INSS (empregador)	40.000,00
Salário Família	500,00
Salários Brutos	200.000,00

Tomando-se como base apenas os dados anteriores, pode-se afirmar que:

37- O total das despesas de pessoal somam:

- R\$ 258.500,00.
- R\$ 258.000,00.
- R\$ 256.500,00.
- R\$ 256.000,00.
- R\$ 250.500,00.

38- O valor total inscrito em salários a pagar é

- R\$ 250.000,00.
- R\$ 240.000,00.
- R\$ 206.000,00.
- R\$ 189.000,00.
- R\$ 187.000,00.

39- São condições para o reconhecimento de provisões

- a existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, consequente de um evento passado, ter uma provável necessidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação e que permita ser efetuada uma estimativa suficiente de segurança do valor da obrigação.
- identificação de uma obrigação passada como consequência de um evento financeiro, representando uma provável exigência de saída de fluxo de caixa, que poderá impactar em eventos futuros mesmo que a probabilidade para a definição efetiva de valor não seja formada por uma base de cálculo determinada por um critério definido e aceito de forma corrente.
- verificação da probabilidade ainda que remota da identificação de uma obrigação futura consequente de um evento presente, que exista uma provável necessidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- ocorrência de um evento presente com possibilidade remota de que a entidade venha a incorrer em saídas de recursos financeiros no futuro, sem a existência de uma obrigatoriedade legal mesmo que não seja efetuada em uma base confiável para definição de valor.
- perspectiva de um evento presente resultar em obrigação, mesmo que seja baseado em eventos remotos, e ainda que a possibilidade de estimativa do valor venha a ser efetuada em bases suficientemente seguras para atender à competência de exercício.

- 40- A Cia. Iluminada participa com 4% do capital ordinário da Cia. Hércules. Nessa participação societária permanente, a investidora não possuía influência significativa. Na ocasião da aprovação das contas e distribuição do resultado da Cia. Hércules, também foi aprovada a distribuição de R\$ 500.000 a título de dividendos aos seus acionistas. A empresa investidora, ante esse fato, deve registrar um débito:
- em Resultado com Investimentos a crédito de Ganhos com Participações Societárias Permanentes.
 - em Participações Societárias Permanentes a crédito de Receitas não Correntes – Investimentos.
 - de Dividendos a Receber a crédito de Outras Receitas Operacionais – Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos.
 - de Disponibilidades a crédito de Ganhos e Perdas com Participações Permanentes em Outras Sociedades.
 - de Conta de Resultado a crédito de Resultados com Investimentos Permanentes em outras Sociedades Coligadas.
- 41- A Demonstração de Resultado da Cia. Afrodite evidencia um lucro líquido de R\$ 480.000,00. Na apuração desse valor, está incluído o resultado positivo de equivalência patrimonial de R\$ 40.000,00 e o resultado obtido na venda a prazo em 01/10/2011, em 24 prestações mensais e iguais, de uma máquina pelo valor total de R\$ 2.400.000,00. Foi apurado nessa operação um lucro total de 40%. O estatuto da empresa determina que a distribuição de seus lucros é em 5% para Reserva Legal e 25% para Dividendos obrigatórios. Tomando-se como base essas informações, pode-se afirmar que:
- os valores registrados como Reserva Legal e Dividendos obrigatórios são, respectivamente, R\$ 4.000,00 e R\$ 20.000,00.
 - a empresa não deve calcular os dividendos e a Reserva Legal em virtude de apurar a existência de lucro não realizado financeiramente de R\$ 840.000,00.
 - o total do resultado não realizado corresponde a R\$ 360.000,00 e a base de cálculo de dividendos deve ser R\$ 120.000,00.
 - o valor do dividendo proposto é de R\$ 120.000,00 e a Reserva Legal de R\$ 24.000,00.
 - por proposta dos órgãos de administração, apresentada à assembleia geral, a empresa pode constituir uma Reserva de Lucros a Realizar no valor de R\$ 34.000,00.
- 42- O valor desembolsado para o registro de uma nova patente deve ser reconhecido:
- em despesas antecipadas.
 - como um intangível.
 - no ativo imobilizado.
 - em gasto de investimento.
 - na conta de outra despesa operacional.

43- A Cia. Roseiral, em janeiro de 2010, vende a vista para sua controladora um terreno pelo valor de R\$ 200.000,00, cujo custo registrado em sua contabilidade era de R\$ 180.000,00. Ao final do período, a empresa compradora mantém esse bem registrado, em seu patrimônio, como um item do Ativo não Circulante, pois pretende construir uma unidade fabril no local. Com base nessas informações e considerando uma alíquota de 30% relativa aos tributos incidentes sobre a operação, pode-se afirmar que nos registros iniciais desse evento:

- a empresa controlada efetuou um lançamento de crédito no seu Imobilizado no valor de R\$ 200.000,00, reconhecendo a débito o deferimento de um lucro de R\$ 20.000,00.
- a investidora efetuou lançamentos de débito no Imobilizado de R\$ 180.000,00 e na conta Tributos Diferidos R\$ 20.000,00.
- a Cia. Roseiral reconhece em lançamento de débito um lucro líquido diferido de R\$14.000,00 e um crédito na conta Tributos a Recolher em igual valor.
- gerou na controladora um lançamento de débito no Imobilizado de R\$ 200.000,00 e um crédito em Disponibilidades.
- a investida deve efetuar lançamentos de débito no Imobilizado de R\$ 180.000,00 e na conta Tributos Diferidos de R\$ 20.000,00.

Enunciado para as questões de números 44 e 45.

Em 31/12/x10, a Cia. LUA adquire 60% do Patrimônio Líquido da Cia. SOL assumindo o controle da mesma, pagando a vista na operação R\$ 1,8 milhões. Na mesma data, o Balanço Patrimonial da empresa adquirida era composto pelos seguintes elementos patrimoniais:

BALANÇO PATRIMONIAL – CIA. SOL ENCERRADO EM 31/12/X10			
ATIVO	Valores (R\$)	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Valores (R\$)
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponibilidades	600.000	Contas a Pagar	500.000
Estoques	100.000		
Ativo Não Circulante		Patrimônio Líquido	
Veículos	600.000	Capital Social	2.500.000
Terrenos	1.700.000		
Total do Ativo	3.000.000	Total Passivo + PL	3.000.000

Na mesma data, a avaliação a valor justo dos itens patrimoniais apontavam os valores a seguir:

Itens	Valor Justo em 31/12/X10	Outras informações
Estoques	R\$ 150.000	Os demais itens de ativo e passivo já estavam registrados a valor justo.
Veículos	R\$ 800.000	
Terrenos	R\$ 2.050.000	

44- Com base nas informações fornecidas, pode-se afirmar que a realização da operação gerou:

- compra vantajosa para a investidora de R\$ 60.000.
- apuração de ativo líquido no valor de R\$ 3.600.000.
- deságio no valor de R\$ 600.000.
- ágio por rentabilidade futura de R\$ 360.000.
- perda de capital no valor de R\$ 360.000.

45- Com base nos dados fornecidos, ao efetuar o registro da participação societária permanente da Cia. Sol, a empresa investidora deve lançar a débito da conta de investimento um valor total de:

- R\$ 3.600.000.
- R\$ 2.300.000.
- R\$ 1.860.000.
- R\$ 1.500.000.
- R\$ 600.000.

46- Com relação à atribuição e reconhecimento de valor do imobilizado, pode-se afirmar que:

- um bem adquirido e mantido pela entidade por um período superior a dois exercícios mesmo que a empresa não o utilize no desenvolvimento de suas atividades é classificado no imobilizado.
- as aplicações de recursos que impliquem em dilatação de tempo de vida útil de um bem de uso na atividade desenvolvida pela entidade devem ser reconhecidos como despesas de período.
- os recursos utilizados para a manutenção do imobilizado em condições de uso mesmo que estas condições ocorram em período inferior a um ano sempre serão tratadas como ativo fixo.
- os desembolsos relacionados ao aumento da capacidade de utilização quando confiavelmente mensuráveis são consideradas como despesas não correntes.
- os gastos efetuados para restaurar a capacidade de funcionamento normal do bem, sem provocar aumento de vida útil econômica, são tratados como despesas de período.

47- A Cia. Urano aproveita a proposta de seu fornecedor e antecipa a liquidação de uma duplicata de seu aceite, mediante um desconto de 10% do valor total do título. Essa operação implica no reconhecimento de:

- um ganho não operacional.
- uma receita financeira.
- um crédito na conta estoques.
- uma conta redutora de fornecedores.
- um ganho de capital.

48- Após apurar o Lucro Líquido do exercício de 2009 no valor de R\$ 200.000,00, o Patrimônio Líquido da Cia. Invernada passa a ter a seguinte composição:

Composição do Patrimônio Líquido antes da distribuição de 2009	Saldos (R\$)
Capital Social	600.000
Capital Social a Integralizar	(300.000)
Reserva Legal	55.000
Reserva de Capital	30.000
Reserva de Lucros	35.000
Lucro / Prejuízos Acumulados	200.000
Total	620.000

O saldo da conta Lucros/Prejuízos Acumulados registra apenas o Lucro Líquido apurado em dezembro de 2009. O estatuto da empresa determina que a distribuição do saldo obedeça à seguinte destinação: cálculo da Reserva Legal na forma da legislação societária; 40% dos lucros auferidos serão destinados aos dividendos; 10% para Reservas de Lucros e o restante do lucro deve ficar retido, de acordo com o orçamento de capital aprovado pela assembleia geral.

Com base nessas informações, pode-se afirmar que

- a) o valor dos dividendos distribuídos é de R\$ 76.000.
 - b) o valor destinado a Reservas de Lucros é de R\$11.400.
 - c) os lucros a serem retidos correspondem a R\$ 92.400.
 - d) o valor destinado à Reserva Legal é de R\$ 5.000.
 - e) o valor dos lucros destinados às reservas é R\$ 30.000.
- 49- São critérios de avaliação das propriedades para investimentos:
- a) método de custo e valor justo.
 - b) custo histórico corrigido e valor justo.
 - c) valor de liquidação e método do custo corrente.
 - d) somente são avaliados pelo valor justo.
 - e) só podem ser avaliados pelo custo de aquisição.

50- Os orçamentos variáveis têm como objetivo melhorar o controle de despesas. Dessa forma, pode-se afirmar que:

- I. Facilita a preparação dos orçamentos departamentais de despesas para inclusão no plano de resultados a curto prazo.
- II. Fornece objetivos de despesa aos gerentes dos centros de responsabilidade para o período coberto pelo orçamento.
- III. Proporciona estimativas ajustadas para fins de comparação contra as despesas reais nos relatórios mensais de desempenho.

- a) Apenas a I é falsa.
- b) Apenas a II é verdadeira.
- c) Apenas a III é falsa.
- d) Todas são verdadeiras.
- e) Todas são falsas.

CONTABILIDADE PÚBLICA

51- O Sistema de Contabilidade Federal não tem por finalidade

- a) promover a padronização e a consolidação das contas nacionais.
- b) evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.
- c) promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade.
- d) evidenciar os recursos do orçamento da União vigentes e as alterações correspondentes.
- e) apurar atos ilegais praticados por agentes públicos e punir os responsáveis por esses atos.

52- Em relação aos Princípios de Contabilidade aplicados ao setor público, é correto afirmar que o princípio da competência determina que

- a) o Patrimônio seja reconhecido como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- b) a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- c) o processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais deve produzir informações íntegras e tempestivas.
- d) os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- e) os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

53- Em um hospital público, entidade autárquica, o aumento do ativo imobilizado por reavaliação, o uso de medicamentos na prestação de serviços e a contratação de uma operação de crédito de longo prazo são considerados, respectivamente, variação patrimonial

- a) aumentativa, qualitativa e diminutiva.
- b) qualitativa, diminutiva e qualitativa.
- c) qualitativa, quantitativa e quantitativa.
- d) quantitativa, quantitativa e qualitativa.
- e) quantitativa, permutativa e quantitativa.

54- Um governo municipal obtém de uma entidade privada, a título gratuito, um imóvel a ser utilizado para o funcionamento de uma unidade de atenção básica à saúde. Neste caso, no governo municipal, o imóvel

- a) deve ser registrado pelo valor justo na data de sua aquisição.
- b) não deve ser reconhecido como ativo.
- c) deve ser reconhecido como ativo circulante.
- d) deve ser reconhecido como ativo intangível.
- e) deve ser registrado pelo seu custo de construção.

55- Em 31/12/X1, uma entidade do setor público adquiriu um equipamento por R\$ 120.000,00, a vista, para ser utilizado em suas operações. No momento da aquisição, a vida útil estimada do equipamento era de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 20.000,00. Em 31/12/X2, após o reconhecimento da depreciação referente ao exercício financeiro de X2, a entidade realizou o teste de *impairment* do ativo e verificou que, naquele momento, o seu valor em uso era de R\$ 105.000,00 e o seu valor justo menos custos de alienação era de R\$ 100.000,00. Com base nestas informações e sabendo que foi utilizado o método das cotas constantes para calcular a depreciação do equipamento, é correto afirmar que a entidade, em 31/12/X2,

- a) não deveria reconhecer perda por *impairment*.
- b) deveria reconhecer perda por *impairment* de R\$ 3.000,00.
- c) deveria reconhecer perda por *impairment* de R\$ 5.000,00.
- d) deveria reconhecer perda por *impairment* de R\$ 8.000,00.
- e) deveria reconhecer perda por *impairment* de R\$ 10.000,00.

56- Em relação ao Sistema de Informação de Custos do Setor Público, considere:

- I. Sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção.
- II. Sistema de custeio está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões.
- III. Método de custeio se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado.
- IV. Custo controlável é definido como o custo projetado para subsidiar o processo de elaboração dos orçamentos da entidade para determinado período.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

57- Considere as classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- 1 – Ativo
- 2 – Passivo e Patrimônio Líquido
- 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas
- 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas
- 5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento
- 6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
- 7 – Controles Devedores
- 8 – Controles Credores

Para o registro da venda de um ativo imobilizado com ganho, quanto à natureza patrimonial da informação, são utilizadas contas apenas

- a) da classe 1.
- b) das classes 1 e 3.
- c) das classes 1 e 4.
- d) das classes 1, 4 e 6.
- e) das classes 1, 7 e 8.

58- Uma transação que gera reconhecimento de um Passivo Circulante é

- a) a contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária.
- b) a inscrição de dívida ativa não tributária de curto prazo.
- c) o empenho da despesa com material de consumo.
- d) o pagamento de restos a pagar processados de exercícios anteriores.
- e) a contratação de operação de crédito com vencimento em 25 meses.

59- Considere os dados apresentados, a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de um determinado ente público:

Receita Prevista	R\$ 1.350.000,00
Receita Lançada	R\$ 1.340.000,00
Receita Arrecadada	R\$ 1.320.000,00
Despesa Fixada	R\$ 1.350.000,00
Despesa Empenhada	R\$ 1.280.000,00
Despesa Liquidada	R\$ 1.210.000,00
Despesa Paga	R\$ 1.160.000,00

Durante o exercício de X1, além das transações referentes ao orçamento e à sua execução, o ente público pagou restos a pagar processados no valor de R\$ 120.000,00; reconheceu a redução da dívida fundada externa em decorrência da variação cambial no valor de R\$ 3.000,00; reconheceu a depreciação dos bens móveis e imóveis no valor de R\$ 15.000,00; e recebeu depósitos caução no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que em X1,

- a) o excesso de arrecadação foi R\$ 160.000,00.
- b) o resultado de execução orçamentária foi R\$ 40.000,00.
- c) o total dos recebimentos extraorçamentários, no Balanço Financeiro, foi R\$ 5.000,00.
- d) o total dos pagamentos extraorçamentários, no Balanço Financeiro, foi R\$ 135.000,00.
- e) a variação cambial da dívida fundada externa reduziu o resultado patrimonial do período.

60- Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, são classificados como fluxos de caixa das operações a arrecadação de receitas

- a) de serviços e de receitas de alienação de bens.
- b) de operações de crédito de longo prazo e de receitas patrimoniais.
- c) de serviços e pagamento pela aquisição de imobilizado.
- d) tributárias e amortização da dívida fundada.
- e) tributárias e pagamento de despesa com pessoal.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br